

Pauta: Sabatina do candidato à recondução ao cargo de corregedor-geral da Guarda Municipal

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) (CCJ): (10h32min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião conjunta da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana Bom dia, obrigado pela presença dos vereadores; obrigado pela presença do inquirido, nosso Adil Moura, do secretário adjunto da segurança, Sr. Gelson, e demais presentes. Conforme norma estabelecida, cabe às nossas comissões fazer a inquirição do candidato – no caso a recondução – do corregedor da nossa Guarda Municipal. Como todos têm o currículo em mãos, eu tenho a felicidade de conhecer bem o Adil Moura, meu irmão, e como ele já esteve à frente da Corregedoria-Geral da Guarda Municipal na última gestão 2021/2022, para que todos os colegas vereadores conheçam o trabalho desenvolvido na prática, quais são as atribuições do cargo, eu já pediria ao Adil, que me solicitou anteriormente, para fazer uma pequena apresentação do trabalho que executa.

(Procede-se à apresentação.)

SR. ADIL MOURA: Bom dia a todos. A Corregedoria-Geral da GM representa a sociedade, em tese, é o equilíbrio da balança entre os interesses da sociedade e os interesses da instituição Guarda Municipal. As autoridades, no Município de Porto Alegre, no sistema correcional são, além do corregedor da Guarda, o corregedor-geral do Município, que é o Dr. Jader Branco Cavaleiro, que se encontra presente, e também a Dra. Clarissa Cortes Fernandes Bohrer, da PGM – essas são as três autoridades corregionais de Porto Alegre, além dos diretores, enfim, e o prefeito municipal.

Nossa Corregedoria é composta por duas pessoas: o corregedor e o assistente, mas aqui temos a comissão permanente de sindicância da própria Corregedoria, que tem como membro o ouvidor-geral da Secretaria de Segurança, o Sr. João Henrique Remião de Macedo, que se encontra presente também, prestigiando este ato.

Essa é a legislação básica que nós trabalhamos, que é o nosso estatuto; depois, da Lei nº 9.990, que cria a Corregedoria, a Lei nº 3.022, que é o estatuto geral das guardas municipais, que é lei federal, a Legislação Complementar nº 790, que são as normas gerais para o processo administrativo, e o nosso Decreto nº 2.104, de 7 de julho de 2001. Eu gostaria de fazer uma saudação especial ao corregedor-geral, porque, depois 36 anos, o prefeito municipal teve coragem de regulamentar esse estatuto, 36 anos depois, e trouxe grandes inovações no sistema correcional. Nós temos um decálogo lá, só trouxe algumas coisas para entendermos aqui qual é o foco do nosso trabalho. Então, eu cito Abraham Lincoln: “Quando o estrategista erra, o soldado morre.” São essas ações que ocorrem na rua, da Guarda, por exemplo. Nos processos administrativos, na dúvida instauramos o processo, sempre instauramos; havendo dúvida, a gente absolve. Duas palavras-chave da Corregedoria, deixando um legado para instituição: instrução e treinamento. O foco é a correição do nosso trabalho pela responsabilização. No histórico, recebemos 89 processos em vários estágios, um passivo quando entramos; já estamos ali há 36 anos; e indo adiante, antigamente, antes de 7 de setembro de 2001, o procedimento era um Processo Administrativo Disciplinar – PAD; na realidade, não era um PAD, era uma sindicância. Então, era muito restritivo no que diz respeito ao direito de defesa, porque depois de feito fez todo o procedimento, e o secretário assinar, o servidor tinha três dias para fazer a sua defesa, era uma defesa só; hoje não, com a modernização da legislação, temos dois prazos de defesa dentro do processo, a defesa prévia e a defesa final, com 15 dias casa prazo. Então alargou-se esse prazo. Agora vamos dar, rapidinho, alguns dados; temos hoje, atualizando os dados, um total de 231 processos na Corregedoria, em vários estágios, 183 arquivados, e assim por diante. Temos o acompanhamento de um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, que também foi criado com essa nova legislação. Termo de Ajuste de Conduta deixa o servidor, por 2 anos, sobrestado, não pode ter nenhuma alteração, nenhuma punição nesse meio tempo; 28 processos de complemento especial; 183 arquivados; audiência de custódia, uma – entrara mais duas ontem. Audiência de Custódia é o seguinte: cada prisão em flagrante,

realizada pela Guarda, tem Audiência de Custódia, cujo termo de audiência é encaminhado para a Corregedoria, geralmente via ouvidoria, e nós temos que fazer o processo, encaminhar para o juízo o que aconteceu naquela ocorrência. Temos em torno de 25 Audiências de Custódia já realizadas; enfim, é mais ou menos essa é a nossa diária do nosso trabalho. É importante esse dado; esse dado está um pouco de desatualizado porque é do dia 23/2, mas serve para a gente ter um parâmetro. Nós tivemos, em termos de penalidades: absolvições, 53; advertências, 7; repreensão, 1; suspensão, 5; dias/multa, 2; se nós fizemos uma análise, porque tem mais de dois anos esse período, na realidade, porque tem aqueles 89 processos que tinham sido retidos da administração anterior, tendo em vista a pandemia. Então a gente verifica que a Guarda tem um alto grau de disciplinar, um grau muito bom, muito bom. Tem mais de dois anos, praticamente.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ADIL MOURA: Não. Nós temos um processo de 2017 que está sobrestado; é um processo um pouco sério, é um homicídio, só que foi sobrestado na gestão anterior, e nós o mantemos sobrestado, mas em acompanhamento, tendo em vista a decisão judicial. Conforme for a decisão judicial... Se bem que, na realidade, o processo criminal, o civil e o administrativo não se comunicam, mas, como já foi sobrestado, nós temos que manter essa posição de sobrestamento. Aqui, a gente particularizou, nos anos 2021, 2022 e 2023, os procedimentos: absolvidos, continuam 54; advertência, 9; repreensão, 2; suspensão, 5; multa, 2. E tem um fato interessante que eu queria colocar que é o registro indenizatório. Registro indenizatório, esses 16, é disparo acidental de Spark, porque o 119 diz o seguinte: todo dano tem que ser ressarcido para a administração pública. Mas nós estamos fazendo um trabalho lá – não trouxemos aqui – que é para validarmos. Toda intervenção da Guarda gera uma consequência, toda ocorrência gera uma consequência; às vezes, termina no Judiciário – indenização contra o Município. Então nós estamos levantando cada ação,

quanto que é o custo dessa nossa intervenção, para passar para a Guarda, para minimizar também, para, lá no futuro, a Guarda minimizar o trabalho dela em termos de repercussão financeira contra o Município. Isso é um trabalho que nós vamos passar para as próximas gerações. Bem, nós entendemos que o conhecimento tem que ser dividido. O conhecimento, a gente não pode ficar com ele, se não, não tem graça; não tem graça ficar com o conhecimento só para nós. Então o que a gente fez? Cada processo é uma história, uma história de vida, uma história daquelas pessoas dentro do processo. Então nós fizemos uma análise lá na Corregedoria, cada caso é estudado, durante o fato e depois do fato. E nós tiramos ensinamentos e passamos, através de atos correccionais, essa informação para a própria Guarda, é o resultado de cada processo passando para a Guarda. Nesse sentido, eu queria também dizer da satisfação que eu tive lá em receber um assistente, o nosso assistente da Corregedoria, que é camisa vermelha da SWAT – camisa vermelha é o instrutor da SWAT. O Alfredo Vasconcelos trouxe para a Brigada Militar alguns conhecimentos técnicos que a Brigada encampou, e isso também nos facilitou muito fazer esse trabalho aqui. Então, primeiro, a preservação do local do crime. Também intervenções administrativas aqui, com comunicação com o próprio Ceic. Toda atividade tem que ser legal, não pode ter nem nenhuma atividade infralegal na Guarda; os planos operacionais padrão também, nós tivemos um trabalho de sistematizar e auxiliar a própria corporação. Disparo de arma letal e não letal; veículos de emergência. Entendemos que a Guarda tem que ter uma prioridade especial, ela não pode causar outra ocorrência quando está atendendo uma ocorrência. Disparos de calibre 12 também, munição letal e não letal. Em aglomerações é muito importante, a gente entende que a Guarda tem que atuar, tecnicamente, disparo de bala de borracha abaixo da linha da cintura, porque geralmente acima da linha da cintura causa grandes problemas e também causa, com certeza, uma indenização na Vara da Fazenda Pública. Procedimentos como em ocorrências policiais, disparo de Spark. As prisões em flagrante delito e os relatórios de ocorrências. Então esse é um universo em que nós estivemos trabalhando cada processo para informar a própria Guarda, não querendo

ensinar, mas passar um pouco da experiência que a gente tem, pois fui oficial da Brigada por muitos anos, trabalhei na área operacional e também na área administrativa, em corregedorias, então essa visão mais global, através desses atos correccionais, a gente está passando para conhecimento da Guarda, como a gente falou lá no início, que as informações tem que ser distribuídas a contento. Proteção de dados também, cada processo nosso a gente coloca advertência também, que deve guardar sigilo, conforme a LGPD, inclusive nas (Ininteligível), como nas sindicâncias. Não vamos entrar em detalhes, mas só para ver a produção de dados que a gente teve lá na Corregedoria durante esses dois anos.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB) (CEDECONDH): A Guarda tem 130 anos. Quantos guardas têm porte de arma?

SR. ADIL MOURA: Todos os guardas que trabalham na rua, em torno de 136 guardas.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB) (CEDECONDH): E o total do efetivo é quanto?

SR. ADIL MOURA: O previsto é seiscentos e poucos, mas é menos. São 398.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB) (CEDECONDH): Metade tem porte.

SR. ADIL MOURA: Mais ou menos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ADIL MOURA: O nosso público relacional ali, o público interno, com exclusividade a Guarda Municipal, e os correlatos também, e o externo são todos eles das áreas correccionais, desde a SMTC, Ministério Público, as Varas

Judiciais, as procuradorias, a Polícia Civil, todos os órgãos estaduais e federais que trabalham na causa.

Nós temos um plano, caso a gente permaneça à frente da Corregedoria, de continuar as visitas que a gente fez no início, visitamos quase todos os órgãos da Guarda, faltaram dois – nós vamos voltar a visitar os dois que faltam e retornar aos demais; analisar também os planos operacionais, padrões e trabalhar mais a posição de viaturas em barreiras para o próximo biênio. Nós entendemos que com o advento de drones, nós podemos, ao invés de estar perseguindo com viatura na rua, causando risco às pessoas e aos próprios guardas, fazer também a perseguição aérea, através de drones, congelamento de via, etc. e tal, trazer umas técnicas diferenciadas para a Guarda.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB) (CEDECONDH): Nos postos de controle de trânsito, a Guarda participa também, junto com a integrada?

SR. ADIL MOURA: Participa ativamente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) (CCJ): Obrigado, Adil Moura, pela explanação, muito rica em dados. O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Obrigado, Presidente, Cecchim. Lamento muito – Adil, a gente se conhece há muitos anos, uma longa parceria – , eu lamento muito que os vereadores dos coitadinhos não estejam presentes aqui, não sei o que aconteceu; os vereadores dos coitadinhos que são os primeiros a irem para as redes sociais criticar o trabalho da Guarda Municipal não estão aqui presentes para fazer os questionamentos devidos. Lamento muito, muito mesmo, que vereadores do PT, do PSOL, do PCdoB, que são membros das duas comissões, não estão aqui hoje presentes para poder esclarecer as dúvidas. O que eles querem, na verdade, é deslegitimar, ir para as redes sociais depois falar sobre abuso de autoridade, falar sobre interferência

indevida, na visão deles, da Guarda Municipal, no cotidiano da cidade. Quero dizer que tenho certeza que outros colegas aqui também, e eu sempre farei isso, defenderei o papel da Guarda Municipal. Gostaria que o papel da Guarda Municipal, inclusive fosse ampliado dentro da nossa cidade. Acredito que vocês deveriam ter mais condições; peço aqui, Gelson, que isso seja reforçado junto também ao Executivo, inclusive, em abordagens diferenciadas com relação a pessoas em situação de rua. Construir casebre em praça, é invasão de terra, é uso indevido do espaço urbano, fere os direitos humanos das pessoas, das crianças, das famílias que precisam utilizar, que querem utilizar aqueles espaços públicos. E na minha avaliação, a Guarda Municipal não tem que esperar a FASC. Não sei o que está acontecendo com a FASC, Cecchim. Tu, como líder do governo, também, além de nosso Presidente, que órgão ineficiente! É acionado para fazer abordagem, não faz, um órgão extremamente aparelhado; e nós sabemos que muitas vezes a Guarda Municipal, a Secretaria Municipal de Segurança quer e pode atuar, mas aí fica engessada porque tem que ter antes a abordagem social da FASC. E isso é um completo absurdo, porque além de recuperar o espaço público que vocês podem e devem fazê-lo, muitas vezes também nós estamos evitando crimes com esse tipo de abordagem, nós estamos identificando ali pessoas que estão a serviço do narcotráfico, pessoas que estão a serviço de facções criminosas e que se ocupam de determinados espaços, meramente como olheiros, ou para repassar informações, ou até mesmo para repassar drogas e outras substâncias. Então eu quero reforçar aqui o papel nosso de defesa Guarda Municipal, da atuação de vocês dentro do Município e, mais uma vez, reforçar o meu estranhamento e lamentar pelos vereadores que gostam de defender os coitadinhos que, na verdade, são vagabundos travestidos de coitadinhos, que não estão aqui presentes. Obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) (CCJ): Feito o registro, Ver. Ramiro Rosário. Só para ajudar, o esquema da FASC, da Guarda, eu acho que vamos ter que fazer uma conversa com o Ministério Público, porque ele não deixa a Guarda atuar mais forte.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) (CCJ): É o que o prefeito tem tentado fazer, e estão fazendo.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Bom dia Presidente da CCJ; bom dia colegas; bom dia Sr. Adil Moura, corregedor-geral da Guarda Municipal, seja bem-vindo. Antes de começar a conversar, efetivamente, com o nosso corregedor, uma questão de ordem, Presidente, enfim, como a gente está tendo só esta, eu achei muito em cima o aviso da reunião. Foi-me comunicado ontem, na verdade eu escutei no plenário se falando, então se a gente conseguir um cronograma com mais tempo para gente poder estudar o currículo do Major, do nosso corregedor, para a gente se preparar um pouco melhor.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): A sabatina veio ontem só e eu fiquei sabendo...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Eu fiquei sabendo só ontem. Pode ser um problema meu então. Agora, se não for problema meu, eu vou publicizar. Sobre a questão que o Ver. Ramiro levantou, de fato o pessoal da esquerda que gosta de encher o saco das forças policiais, que gosta de tratar vagabundo como coitadinho, deveria estar nesta Mesa hoje. Infelizmente, não vemos ninguém da esquerda para esta sabatina.

Sr. Adil, novamente seja bem-vindo, parabéns pelo seu trabalho, eu anotei aqui uma questão interessante que o senhor trouxe para Guarda Municipal, digamos assim, um *know-how*, uma expertise da Brigada. Acho que isso é super importante porque a nossa Brigada Militar é uma das melhores polícias do nosso

País, inclusive, outro dia, estive conversando com o Coronel Feoli, alguém que está bastante altivo e ativo à frente da Brigada, parabéns por isso, eu acho que a gente precisa trocar isso e a sua experiência, o senhor que é 1955, perto da terceira idade, está novo ainda.

O senhor comentou aqui a respeito da correição pela responsabilização, acho que o senhor poderia ampliar um pouco mais, talvez com algum exemplo prático, de como o senhor, à frente da Corregedoria, atua a correição pela responsabilização. O senhor comentou sobre cerca de cento e tantos processos arquivados, passou um *slide*, queria que o senhor pudesse ampliar o que significa o processo estar arquivado, se foi extinto, se está em processo. Essa questão também dos 89 processos herdados, como o senhor falou. Por que isso foi herdado, não foi para frente, como é que o senhor conseguiu desembaraçar isso? Essas 14 penalidades, numa das lâminas que o senhor trouxe ali, pode ser que seja algo assim que não seja publicável, mas o que for possível dizer sobre quais são essas 14 penalidades. Como funciona a suspensão, por exemplo, eu veja aqui cinco foram suspensos. E, por fim, como é o seu relacionamento com o chefe da Guarda, se é tranquilo, se é tudo *o.k.*, enfim como vem acontecendo? E de antemão, me parece que o senhor vai ser reconduzido por unanimidade porque o seu trabalho me parece muito bem feito, e da minha parte não há nenhum óbice, realmente só estou fazendo essas perguntas porque eu preciso aprender, sou vereador recente aqui na Casa, assumi há pouco tempo. O Márcio já está aí desde que o Brizola tinha cabelo, no PDT, mas eu sou novo, e até para oportunizar, porque eu acho que o seu trabalho à frente é muito bom, muito robusto. Vejo que o senhor é advogado inclusive, formado pela PUC. Então o senhor trouxe didaticamente também, do ponto de vista legal, isso foi muito importante para mim que não sou advogado, sou leigo. Então obrigado pela sua presença. E sobre a questão da sabatina então, se eu chupei bala, peço perdão, mas se não a gente vai ver a questão da sabatina. Obrigado, Sr. presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) (CCJ): O senhor não chupou bala não, a assessoria estava me mostrando aqui que há 15 dias já foi anunciado isso e

não é culpa de V. Exa. nem da sua assessoria, provavelmente foi antecipado com bem mais tempo. O Ver. Alexandre Bobada está com a palavra.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Bom dia a todos, fico muito feliz de estar participando desta sabatina, porque o nosso atual corregedor já foi sabatinado da primeira vez e se não me engano foi só com a CEDECONDH. E aqui desta Mesa eu participei e o Ver. Medina também, a gente fez várias perguntas e ele se saiu muito bem naquele dia. É estranho a gente sabatar alguém, avaliar a competência de alguém, parece que a gente está apresentando um trabalho de conclusão de curso, se vai aproveitar o TCC ou não. Já quero antecipar o meu voto que eu vou voltar pela recondução do senhor ao cargo de corregedor-geral, mas eu também tenho algumas curiosidades. Sou profissional da área, fui do Exército, da Brigada Militar, da Polícia Penal e eu quero saber a sua opinião sobre alguns assuntos. Em primeiro lugar, o que o senhor entende sobre a polícia municipal, esse projeto importante? A antiga da Susepe agora é Polícia Penal. Qual é o seu entendimento sobre a polícia municipal? Segundo, vou dar a minha opinião, eu acho que nós vamos reconduzir o senhor aqui, mas eu entendo que na outra vez nós temos que colocar um corregedor-geral da Guarda Municipal. Estou olhando nos seus olhos e lhe dizendo isso. Por que? Se a Polícia Civil tem o corregedor-geral da Polícia Civil, se a Brigada Militar tem o corregedor da Brigada Militar, se a Polícia Penal tem um corregedor da polícia penal, esse é um pleito da Guarda Municipal. Agora precisa de um plano de carreira e prestigiar a Guarda. Se nós queremos aprovar a polícia municipal, dentro da polícia tem hierarquia e disciplina, tem que ter o corregedor da Guarda Municipal, vai ser o senhor nos próximos dois anos. Sobre a questão dos uniformes, como é que está a Guarda Municipal. E o que é que o senhor entende também sobre essa... Nós aprovamos uma lei aqui que o concurso da Guarda Municipal seja até 25 anos, para oxigenar a Guarda Municipal, para realmente colocar os guardas municipais para prestarem um serviço mais efetivo.

Em último lugar, mas não menos importante, sobre o curso de formação dos guardas municipais. Onde é que está sendo, como é que vai ser, vai ser na Acadepol, na Acadepen, na Academia de Polícia Militar, essa é a minha dúvida nesse sentido. Quero parabenizá-lo pelo seu currículo, pela sua experiência, pela sua segurança, pela sua solvência e pela sua história, e me orgulho de ter o senhor como nosso corregedor-geral.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) (CCJ): Obrigado, Bobadra. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Cecchim, vereadores, queria cumprimentar também o Jáder e o Gelson, estive lá, na semana passada, entregando uma emenda de R\$ 50 mil para auxiliar na aquisição de munições para a Guarda, fiz uma emenda parlamentar. Eu acho que a Guarda cumpre um papel fundamental. Nós tivemos esse episódio envolvendo a escola em Blumenau, que não vou nem entrar no mérito, mas a gente sabe que a Guarda Municipal faz, em especial, a segurança dos próprios municipais. Então é fundamental a gente ter um corregedor à altura, com competência, e está comprovada aqui – não é, Cecchim? –, mais do que comprovada a história, a tua história, tem também o meu apoio, o meu voto nesta sabatina. Eu queria também cumprimentar pela iniciativa da ouvidoria do assédio moral, eu queria saber quantas guardas mulheres, não sei se o senhor tem essa informação, e se tem alguma coisa envolvendo assédio moral e sexual. Aqui na Câmara, no primeiro ano da nossa legislatura, quando tive a honra de os nobres pares me conduzirem à presidência da Casa – nós temos uma bancada com 11 vereadoras mulheres –, nós pedimos a cedência, hoje nós temos três ou quatro guardas mulheres, se não me engano, aqui na Casa. Se pusesse trazer um pouquinho também desse lado.

Ontem, casualmente, me chamou a atenção uma homenagem que Ver.^a Mônica Leal fez pelo Dia do Exército, que, na verdade, é amanhã, mas a gente tem antecipado as homenagens para segunda-feira. Eu vi ali, na banda, vários

oficiais mulheres, eu acho que essa é uma nova realidade também das forças policiais, bem mais presentes. Eu tenho três filhas mulheres, então a gente se preocupa também. Prestei muita atenção nos que me antecederam, acho muito oportuno e importante que a gente tenha esse esclarecimento todo, mas eu acho que aqui o sentimento é unânime da competência e das plenas condições que tem o nosso corregedor de dar sequência ao trabalho. A Corregedoria, mais ou menos, é como se fosse um filtro da conduta, da retidão do servidor público, tem fé pública a sua atuação, enfim. Queria ver essa situação e também agradecer-lo pela oportunidade, é a primeira vez que a CCJ participa dessa sabatina, achei muito interessante e oportuno, e que bom que a gente está dando a nossa contribuição para a cidade, sob o ponto de vista da análise do nosso corregedor, que tenho certeza que vai dar sequência ao trabalho. Obrigado.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Eu recebi a comunicação de que, de fato, foi um *e-mail* dia 12, para fazer justiça, só para não transitar em julgado alguma injustiça de minha parte. Está explicado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) (CCJ): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Bom dia a todos, quero saudar o Adil, já conhecemos seu trabalho há bastante tempo. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que, desde que eu cheguei nesta Casa, lá em 2000, se fala em desarmamento, principalmente pela esquerda. Conseqüentemente agora o governo federal fez um grupo de trabalho o qual está – se não me engano, se não estou enganado – o secretário de segurança do Estado. Atualmente, o secretário municipal da segurança também veio da Brigada Militar, e eu lhe pergunto: o que o senhor acha de desarmar as polícias? Há uma luta antiga nisso aí, eu sou do tempo que um sociólogo da esquerda vinha aqui na Casa – o segundo nome é Soares, o primeiro não me lembro –, um pensador de

esquerda que há muito tempo traz a tese do desarmamento. Então eu pergunto se o senhor tem alguma notícia, o que pensa a Guarda Municipal nessa relação. Eu tenho certeza que, pelo seu conhecimento, pela sua história na nossa Brigada Militar, e também por outros conhecimentos administrativos, o senhor poderá fazer na Corregedoria um belo trabalho. Depois, no final, o senhor pode dar um arrazoado geral em relação ao comportamento da Guarda Municipal, que é muito importante para nós, ela tem uma história, mas, às vezes, ela fica abaixo da Brigada e as coisas não aparecem tanto, como as suas virtudes, as suas tarefas, fundamentais para a cidade, ela fica um pouco esquecida porque todo mundo acha que a Brigada faz tudo, quando, na realidade, muitas vezes é a Guarda Municipal. Desde já obrigado pela presença aqui nossa comissão.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) (CCJ): Obrigado, Cassiá. O presidente da CEDECONDH, Ver. Conselheiro Marcelo, está com a palavra e, em nome dele, quero agradecer a todos os vereadores da CEDECONDH.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB) (CEDECONDH): Bom dia a todos, em nome da CEDECONDH quero agradecer a todos os vereadores aqui presentes, aos meus colegas vereadores da CEDECONDH que têm conduzido, juntamente comigo, assim como o Tiago assumiu, agora, dia 1º de fevereiro, também assumi e já como presidente da CEDECONDH. Eu não canso de agradecer, publicamente, o carinho e o respeito que os vereadores, meus colegas, sempre me dão nessa condução. Uma condução que a gente está conseguindo fazer um trabalho igual para todos, e sempre focando no melhor não para os vereadores e, sim, para a população, que esse é o sentido da nossa comissão. Quero dizer, Sr. Adil, que estou muito feliz aqui em participar dessa indicação, seu currículo é maravilhoso. O respeito que a gente tem, principalmente – eu estava conversando com o senhor há pouco – eu, como conselheiro tutelar há quase 20 anos, tenho grandes amigos na Guarda Municipal. Eu sou da época em que a Guarda Municipal estava dentro da sede do Conselho Tutelar, então, criei grandes amigos ali. Eu sei o papel que a

Guarda tem desenvolvido e da necessidade que tem desse olhar para que qualifique, para que estruture melhor a Guarda Municipal, para que possa desenvolver esse papel tão importante para a sociedade. Acho importante também, porque a sociedade, enfim, como um todo, desconhece as atribuições da Guarda Municipal. Então, eu acho importante também, daqui a pouco, fazer um informativo para colocar nas escolas. Infelizmente, nós estamos passando por essa situação em Santa Catarina, lá das nossas crianças, e aqui não é diferente, porque estamos sendo muito cobrados, principalmente das escolas municipais, que se diz que tem que colocar um guarda municipal em cada escola. Nós todos somos sabedores que não tem efetivo para isso. Então, tem a questão do botão do pânico, que o Adil também está fazendo um belo trabalho nas escolas. Sempre que solicitado, a Guarda também tem participado, junto à Secretaria de Segurança, para a gente poder tranquilizar as escolas municipais da cidade de Porto Alegre. Então, conte com o meu apoio também. Fico muito feliz aqui em participar dessa sabatina e, com certeza, será reconduzido.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente, só para esclarecer: achei o erro aqui, Bobadra, o meu *e-mail* estava digitado errado. Então agora sim vou receber as comunicações da CCJ.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) (CCJ): Obrigado, Conselheiro Marcelo. Eu estava vendo aqui uma coisa importante em relação ao Adil, ele foi criador do Serviço do Menor Adolescente, na Brigada Militar, eu acho que isso somou muito e soma para ti. O Adil, além de tudo, tem um sobrinho famoso, o Maricato, isso ajuda muito, Maricato, numa sabatina, muito obrigado.

Eu acho que o Adil pode responder às perguntas, algumas acho que já até foram respondidas, mas muitas delas seriam mais para o comandante ou secretário da Segurança para responder, mas aquilo que o senhor puder responder, por favor, faça isso em bloco.

SR. ADIL MOURA: Muito obrigado pelas perguntas, que são muito importantes. Correição pela responsabilização – eu acho que é o tema central da Corregedoria. A Corregedoria é imparcial, ela defende a sociedade, em primeiro lugar, é um órgão representativo da sociedade dentro da Guarda Municipal. Por isso que eu discordo um pouco, até porque está previsto, na lei federal, que a Corregedoria tem que ser independente da Guarda. Então, esse é um detalhe importante, inclusive a própria legislação municipal prevê que até nas comissões permanentes de segurança, numa sindicância da Guarda tem não pode ter elemento da Guarda fazendo sindicância da Guarda. Mas, se a legislação mudar, sem problema nenhum, não vejo problema nenhum. O problema todo é a imparcialidade que deve ter pela investigação, na verdade. Porque o detalhe da Corregedoria é o seguinte, todos os guardas têm nota 10, até caírem lá, né?! E todo o caso que cair na Corregedoria é investigado dentro dos princípios normais do direito, mas nós temos que chegar a uma verdade absoluta do fato, não temos que ter dúvidas; porque, na dúvida, nós absolvemos, porque é Direito Administrativo, não é Direito Penal. É nesse sentido. E a responsabilização é... Os que tiveram penalidades ali, os 14 que tiveram penalidades, eles sabem porque tiveram aquela penalidade, porque eles erraram em algum determinado momento; não deveriam errar, mas erraram. Então esse é o detalhe importante. Os processos arquivados, eles são arquivados por vários motivos, inclusive porque eles estão englobados ali, todo o processo em que é dada baixa, ele é arquivado. Por exemplo, ele pode ser inconsistente. E todo processo administrativo de sindicância passa pelo secretário, o secretário homologa o relatório e o relatório da Corregedoria é um relatório casado, ou seja, é um relatório democrático, ele é um relatório do corregedor, mas ele vai à votação pelos membros da comissão, então ele passa a ser um relatório conjunto. Ele não é simplesmente um relatório do próprio corregedor, e depois ainda passa pelo crivo do secretário.

Com referência aos processos herdados, é o seguinte: houve a pandemia e estava impossibilitado, pelo distanciamento social, de fazer reunião em ambiente fechado. Então, o que a gente fez? Quando chegamos lá, nós verificamos que a

própria Guarda não parou, continuou trabalhando, a Secretaria de Saúde continuou trabalhando e nós achamos por bem voltar ao trabalho e fizemos as audiências virtuais e audiências mistas. Então, eu ficava fora, fazendo audiência, até pelo WhatsApp a gente fazia audiência, porque o Direito Administrativo admite a prova precária também. Nesse sentido, a gente conseguiu zerar esse estoque.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quero só fazer um comunicado aqui: a sabatina anterior foi, sim, com a CCJ. Foi de forma virtual, e quem presidia era o Ver. Camozzato. Então teve a participação da CCJ na última sabatina, sim.

SR. ADIL MOURA: Com referência ao relacionamento com o comandante da Guarda, é muito bom, muito bom. O Marcelo, além de ser um *expert* na função, é um grande amigo nosso e nós nos relacionamos bem, só que tudo é documentado, né?! O nosso relacionamento é todo formal, ele não é... A Corregedoria não trabalha no corredor, de ouvido. Não trabalha de ouvido, é tudo documentado, tudo dentro do processo, dentro dos autos, não tem nada fora dos autos, é tudo dentro da legalidade...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ADIL MOURA: Inclusive a primeira intervenção que a gente fez, que foi o primeiro ato nosso, ele não está ali relacionado como primeiro, mas ele foi a primeira intervenção que eu tive lá, foi porque o Marcelo já estava trabalhando nos POPs, e ele já estava com os POPs prontos. E eu disse: “Por que ele não bota em execução esses POPs?”, que é o procedimento operacional padrão. Nós tivemos que escrever e tal, e determinamos que, em cinco dias, ele colocasse em prática. E eu chamei o Marcelo, conversei com ele e disse: “Olha, Marcelo, é o seguinte, no momento que tu não colocas em prática os POPs, toda a responsabilidade da Guarda cai nos teus ombros”. Assim não, assim cada um, cada funcionário, cada agente tem o seu grau de responsabilidade. Por isso que

a gente trouxe aquela frase lá do início, a responsabilização com correção... É nesse detalhe. Cada caso é um caso.

Bem, quando falou que, no caso, a Corregedoria não basta, tem que ser advogado mesmo com OAB, porque hoje, agora, com as audiências de custódia, o corregedor é obrigado a entrar no eProc, entrar dentro do processo e assistir a audiência virtual, assistir o *tape* da audiência para ver do que foi acusado. Geralmente o apreendido faz acusação na própria audiência de custódia, e a audiência de custódia não trata do processo, só trata simplesmente da própria acusação. E um parêntese que eu queria fazer é o seguinte, é que nós tivemos em torno de 20 audiências de custódias e todas elas foram pela absolvição do agente, porque nós entendemos *a contrario sensu* até da justiça que isso é que nem futebol. Futebol tem o contato, Ver. Cassiá, e o juiz tem ali o cartão amarelo e o vermelho; e a mesma coisa, o corregedor sabe que tu contatas, então, essa é a arte que o corregedor tem que ter em saber o que é maldade, o que é abusividade por parte do agente, o que é excesso, se há excesso ou não. Não havendo excesso, é só o cumprimento do dever legal, daí eu arquivo – por isso a grande quantidade de arquivamentos.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) (CCJ): Obrigado, Adil.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ADIL MOURA: O Ver. Bobadra falou em policial municipal. Eu sou franco e favorável. Estive, em 1989, nos Estados Unidos, estive em vários estados lá, inclusive em Indiana, academia de Indiana, fiz uma pergunta, que eu achei interessante, que eles têm quase uma centena de polícia. Eu perguntei: “Como vocês têm? Resposta simples e curta: “Tem bandido para todo mundo”. Então é o seguinte, eu acho que está caindo de maduro, é que nós estamos caminhando para o sistema americano, se bem que, no estado de Colúmbia, eles estão caminhando para o nosso sistema da Polícia Militar, de Colúmbia. A polícia nunca se acertou no mundo inteiro, então esses modelos de polícia. Nós

estamos ainda querendo descobrir como se bota o ovo em pé, mas eu acho que é uma evolução natural da Guarda por uma necessidade de falta de efetivo. Se a Brigada tivesse um efetivo suficiente, que é um custo muito alto, não precisaria estender o serviço da Guarda Municipal. Mas eu acho que é uma pequena mudança na legislação federal ali e pronto, é o poder de polícia que está faltando – poder de polícia completo. Mas eu vejo com bons olhos a Guarda atuar porque ela atua muito bem. Então, a policial municipal sem problema nenhum, eu acho que esse é o caminho natural da Guarda Municipal.

Corregedor-geral da Guarda Municipal já respondi. Tanto faz. Tem que ter o corregedor. Se o corregedor não agir bem... Está aqui o nosso corregedor-geral que... Todos os nossos processos são acompanhados *on-line* pela Corregedoria-Geral, pela SMTC. Nós temos um ponto focal na SMTC. O Município é muito bem organizado nesse sentido.

Plano de carreira, eu acho importantíssimo o plano de carreira para a Guarda. Acho que está demorado, já era para ter ocorrido. Uma Guarda centenária sem um plano de carreira. O que o me chama atenção na Guarda é o seguinte: hoje ele está comandando a Guarda, o Marcelo do Nascimento, se vier outro comandante, ele passa a ser patrulheiro. É um problema. Eu acho que tem que ter um plano de carreira, com hierarquia, com as divisões certinhas, acho isso muito importante.

Caso dos uniformes de trabalho, eu postei para o Gelson, porque é uma parte muito administrativa. Os 25 anos são importantes, porque nós temos uma vida funcional pela frente, tem que ter vitalidade o homem ou a mulher para trabalhar na rua. Curso de formação é importante. Nós temos uma escola que chamamos de academia da Guarda, um trabalho muito importante na Guarda.

(Manifestações paralelas. Inaudíveis.)

SR. ADIL MOURA: Lá em cima, no IPA. Em princípio, sim, na própria Guarda. Essa parte administrativa...

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) (CCJ): Esse é um assunto mais administrativo. Não é para o corregedor.

(Manifestações paralelas. Inaudíveis.)

SR. ADIL MOURA: Ainda não iniciou. Passando para o próximo bloco, sobre assédio moral e assédio sexual, nós temos dois casos. O primeiro caso virou TAC, porque ele não se configurou. O assédio pode ser na vertical ou na horizontal. Na vertical, de cima para baixo, entre as duas partes, sendo que no WhatsApp uma mandou uma brincadeira para outro, uma vez só, não houve publicidade, então, chega-se à conclusão que a gente desclassifica o assédio. É um caso desclassificado de assédio, uma transgressão disciplinar normal. Hoje a legislação prevê o TAC. Foi pedido pela parte o TAC. Foi feito o Termo de Ajustamento de Conduta. O outro nós estamos investigando. Daí é de um guarda para uma servidora, que não é da Guarda. Já está sendo investigado e está sob proteção dos dados, então, não podemos falar. Já foi falado que o efetivo é de 29 servidoras femininas.

Sobre o desarmamento, Cassiá, uma vez eu falei e fui mal compreendido, porque direitos humanos, para mim, primeira aula de direitos humanos teria que ser aula de tiro. Nós não podemos errar, quem está na rua não pode errar um tiro e matar um cidadão comum. Então, o primeiro ato de direitos humanos é saber atirar. A Guarda jamais desarmada, mas ela tem que saber quando atirar, porque a decisão de tiro, primeiro, tem que passar pelo uso progressivo da força. Eles aprendem lá na academia como é o uso progressivo da força até chegar à decisão de tiro. E a decisão de tiro, às vezes, é uma questão de segundos – dez, 20 segundos – por que é a vida do agente ou... E hoje nós temos também instrumentos como bastão policial, instrumento de gás, arma não letal. Então tem uma série de coisas que, bem treinado, ... Imagina uma família sendo assaltada, chama a Guarda Municipal, a Guarda Municipal chega não tem nem munição, não tem arma, como como é que vai proteger a sociedade? Só no papo não tem. E outra coisa, eu sou favorável, seria favorável aqui em desarmar a

polícia, se o marginal não portasse arma também. Então nós não podemos pensar em desarmar uma polícia, uma Guarda Municipal sem primeiro trabalhar em desarmar os próprios marginais. Eu acho que é por aí.

Outra coisa que é importante, eu acho que é um instrumento preventivo inclusive para as duas partes, tanto para a sociedade – como a gente sempre enfatiza, que as ocorrências envolvem sociedade e a Guarda – e para o próprio agente. Por exemplo, nós temos câmeras nas viaturas que elucidaram alguns casos; foram elucidados por meio dessa visualização das câmeras, e câmera de lapela também é importante. Eu tenho certeza de que iria desclassificar, de cara, quase todas essas ocorrências de custódia, porque a Guarda está atuando muito bem, efetuando prisão em flagrante. Por que observem o seguinte: para realizar uma prisão em flagrante delito, ele tem que apresentar, e o delegado – que é um especialista na causa – vai fazer o flagrante ou não. Se faz o flagrante, é porque tranquilamente houve flagrante e desclassificado na audiência de custódia. Mas, com a câmera de lapela, eu acho que vai ser muito importante para a própria Corregedoria, por que é um instrumento a mais.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ADIL MOURA: E eu acredito que não. Quem é polícia sabe que tem que agir e quando tem que agir. Então eu acho que vai inibir talvez uma transgressão dele. Eu acho que nesse aspecto é positivo, eu vejo com bons olhos, tanto para um lado como para o outro.

Virtudes da Guarda: olha, todas porque, eu posso até dizer, como o Jader aqui que tem acompanhado todas as atividades da Secretaria de Transparência, e a gente vai aprendendo em todas as ocasiões que a gente vai. Observem o seguinte: ninguém é corregedor, ninguém nasceu para ser corregedor. “Ah, vou fazer um curso de direito, vou lá e quero ser corregedor”. Não, isso é um acaso, a gente acaba... A mesma coisa que o guarda: “Eu vou ser guarda, vou ser polícia” É difícil, mas acontece. Mas eu vejo com total clareza as virtudes da Guarda, é atividade necessária para o Município. O Município de Porto Alegre

está muito bem aparelhado nesse sentido; está cada vez mais caminhando para uma Guarda mais forte que nós queremos. Não queremos, em hipótese alguma, a Corregedoria não pensa em travar a Guarda, ela simplesmente analisa os fatos, mas sem a preocupação de travar a Guarda. Nunca foi a nossa intenção travar. E as tarefas da Guarda hoje são diversas, hoje a Guarda só não atua na ocorrência em movimento, por exemplo, acho que nem a Brigada está fazendo mais isso, a viatura para e faz a abordagem; a Guarda não faz isso. A única coisa que ela não faz, diferente da Brigada, o resto quase tudo faz. Por exemplo, está passando, tem uma aglomeração de pessoas ali, uns três ou quatro, ela faz essa abordagem preventiva, porque não é missão dela, mas, nos demais casos, ela faz. Era isso que eu tinha, e me coloco à disposição para mais perguntas.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) (CCJ): Obrigado. O Ver. Medina está com a palavra.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Quero dar um bom-dia a todos e parabenizar o Sr. Adil Moura por essa indicação. Ontem eu estive num evento e há uma conversa, inclusive a Polícia Civil apurou mensagens de ameaça, de invasão às escolas de Porto Alegre, mas embaixo ele coloca: A Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul faz apelo para o não compartilhamento do conteúdo”. Quer dizer, ele coloca uma mensagem bem grande e, embaixo, bem pequenininho para que ninguém espalhe, mas infelizmente as pessoas estão preocupadas, porque, segundo informação, seria agora dia 20, na quinta-feira, a invasão às escolas. Como aconteceu isso lá em Blumenau, a invasão daquele indivíduo que tirou a vida de quatro crianças, então, infelizmente, a população está preocupada, vi por onde eu passei. O senhor estava falando em gravação da câmera; eu estava assistindo um filme semana retrasada, no Estados Unidos eles tem essa câmera que grava toda ação quando eles saem para a rua, e, quando eles chegam de volta no quartel ou na sua base, eles descarregam aquelas gravações, e fica ali como testemunho ou até mesmo para que se acontecer alguma coisa naquelas ocorrências que aquele policial teve, inclusive

esse filme mostra, através dessa gravação, mostrou uma ação que aconteceu, e foram descobertas as pessoas que fizeram, que mataram alguns indivíduos na rua, os traficantes; e inclusive essa policial foi acusada de que ela que tinha matado. Então inclusive serve para que não aconteça esse tipo de coisa, para que não aconteça de policial ser acusado de alguma coisa que, de repente, ele não cometeu, porque infelizmente, às vezes, a gente vê acontecer na cidade, o policial é acusado de uma coisa que às vezes também ele não cometeu, e se, nesse caso, ele fez alguma coisa errada, fica comprovado ali através daquelas gravações. Quero parabenizar o senhor para novamente ser reconduzido a permanecer como responsável da Guarda. Parabéns.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) (CCJ): Obrigado, Medina. Já estamos com a hora adiantada. Vamos à votação. Eu já recebi um voto aqui. A Ver.^a Comandante Nádia votou já a favor. Os Srs. Vereadores que aprovam a indicação permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA** por unanimidade. (Palmas.)

Declaro apto a ser reconduzido o major Adil Moura ao cargo de corregedor-geral da Guarda Municipal de Porto Alegre. Parabéns. Por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h34min.)